



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 17 | Nº. 32 | Jan./Jun. de 2025

Carolina Martins Saporetti

Universidade Federal de Juiz de Fora /UFJF.

carolinamartinssaporetti@gmail.com

MEMÓRIA, HISTÓRIA E RESISTÊNCIA: A importância da preservação dos acervos de movimentos sociais.

RESUMO

Resumo: Esse trabalho busca ressaltar o papel dos arquivos como agentes essenciais para a preservação da história e memória de movimentos sociais, pois armazenam documentos, registros e materiais que relatam ações, conquistas e lutas desses movimentos ao longo do tempo, mantendo viva a memória dos movimentos sociais e para assegurar que seu legado seja transmitido às futuras gerações.

Palavras-chave: Memória, movimentos sociais, arquivos

ABSTRACT

Abstract: This work seeks to highlight the role of archives as essential agents for preserving the history and memory of social movements, as they store documents, records and materials that report actions, achievements and struggles of these movements over time, keeping the memory of social movements alive and ensuring that their legacy is passed on to future generations.

Keywords: Memory, social movements, archives

1. Introdução

Neste artigo busca-se destacar a relevância de se guardar e reconhecer as narrativas dos movimentos sociais como elementos essenciais para a construção de uma sociedade mais justa, e consciente de suas lutas e transformações, conscientizando assim, sobre a importância de preservar os documentos de órgãos, coletivos, diretórios, sindicatos, que estão relacionados a esses movimentos.

Gohn (2000), os movimentos sociais têm como objetivo a inclusão social e desenvolvem suas ações em rede, promovendo aquilo que a autora denomina *empowerment*, termo que pode ser traduzido como o empoderamento dos atores da sociedade civil organizada.

A memória de um povo ou grupo social é, muitas vezes, construída a partir das experiências de luta, resistência e superação de desafios. No caso dos movimentos sociais, a memória não se resume a recordações pessoais, apenas, mas a uma construção coletiva que resgata os processos históricos que geraram conquistas sociais, culturais e políticas. A memória de movimentos como a luta pelos direitos civis, pela igualdade de gênero, pela liberdade de expressão e contra a opressão racial, por exemplo, é uma forma de preservação da resistência de grupos que desafiaram o status quo em busca de um mundo mais igualitário.

Dessa forma, se baseando na perspectiva da microhistória, contata-se que a história vai além dos relatos oficiais ou de grandes eventos documentados em livros didáticos. Carlo Ginzburg (1989), a microhistória representou uma renovação nos métodos analíticos, impulsionada pelo interesse nas transformações sociais, na expressividade e nas representações culturais. Essa abordagem se caracteriza pela escolha deliberada de uma escala de observação reduzida, baseada na convicção de que essa perspectiva permite enriquecer o entendimento dos processos históricos por meio de uma reformulação profunda das categorias interpretativas e de sua verificação empírica. Essa proposta também inclui uma reflexão constante, motivada politicamente por um interesse genuíno na transformação social, nas possibilidades de protagonismo dos

sujeitos históricos e na definição mais concreta desses próprios "sujeitos" da história.

Na década de 1960, especialmente na Inglaterra, ganha destaque entre os historiadores a chamada "história a partir de baixo" (*history from below*), uma abordagem influenciada por debates sociológicos que se integravam à prática historiográfica. Em resposta à "nova história das sociedades", da qual a micro-história também faz parte, surgiu o desafio de articular, de forma rigorosa, tanto as descrições das percepções, representações e racionalidades dos atores sociais quanto a identificação das interdependências invisíveis que moldam suas estratégias de ação.

Conforme Roger Chartier (2002, p.169) , a noção de representação envolve três dimensões da realidade: as representações coletivas — que internalizam nos indivíduos as divisões do mundo social e estruturam a percepção com base na qual eles classificam, julgam e agem; as formas de exibição e estilização da identidade, que buscam reconhecimento; e, por fim, a delegação a determinados indivíduos da função de representar a coerência e a estabilidade dessa identidade afirmada.

A microhistória está nas ruas, nas organizações, nas estratégias de mobilização e nas vozes de indivíduos que, muitas vezes, foram marginalizados ou silenciados pelos processos históricos dominantes. A história dos movimentos sociais é feita de ações concretas, de resistência ao sistema, de subversão de normas e de um constante questionamento das estruturas de poder.

A resistência do coletivo representa não só a oposição aos regimes opressores ou às injustiças, mas também a afirmação de identidades, valores e direitos que muitas vezes são negados ou ignorados. A preservação desses acervos se torna, portanto, um ato de resistência contínua, pois garante que a luta e os legados daqueles que se engajaram na construção de uma sociedade mais justa não se percam no tempo.

A preservação dos acervos de movimentos sociais é um trabalho fundamental para assegurar que essas histórias de resistência sejam mantidas vivas e acessíveis às futuras gerações. Arquivos de fotos, documentos, vídeos, cartazes, manifestos, relatos orais e outros materiais são testemunhos da ação

e da mobilização popular. Sem esses acervos, as vozes dos movimentos sociais correm o risco de ser apagadas ou distorcidas.

Além disso, a preservação desses acervos garante que mesmo com o passar dos anos, as pessoas possam compreender as origens das lutas sociais e os caminhos percorridos até as conquistas alcançadas. A documentação quando conservada, serve como uma fonte de aprendizado, reflexão e inspiração para aqueles que continuam a trabalhar por justiça e igualdade. A preservação dos acervos é também uma forma de garantir a visibilidade de movimentos marginalizados ou historicamente invisibilizados, como é o caso de movimentos indígenas, feministas, LGBTQ+, entre outros.

Em resumo, a preservação dos acervos de movimentos sociais é um componente crucial para que as memórias de resistência não desapareçam. Ao preservar esses acervos, estamos não apenas protegendo um patrimônio cultural e histórico, mas também garantindo que as lutas por um mundo mais justo e igualitário continuem a ser reconhecidas, refletidas e, quem sabe, amplificadas.

2. Os movimentos sociais no Brasil

Os movimentos em busca de melhorias civis e sociais no Brasil têm raízes profundas, remontando ao período colonial, com as lutas dos povos indígenas e africanos escravizados. Essas manifestações, embora muitas vezes sutis devido à demografia da época, representaram as primeiras expressões de resistência e desejo por mudanças. No período imperial (1822-1889), as revoltas regionais ganharam destaque, impulsionadas por demandas específicas de cada região e refletindo as tensões sociais e políticas da época. Paralelamente, os movimentos abolicionista e republicano mobilizaram a sociedade em torno de ideais de liberdade e de um novo modelo político para o país.

Já nos séculos XIX e XX, os movimentos sociais se intensificaram e ganharam novas formas, impulsionados pelas transformações econômicas, sociais e políticas. A Guerra de Canudos, a Greve Operária e as tentativas de golpe durante a Era Vargas são exemplos de como a luta por direitos e por mudanças estruturais marcaram esse período. É importante ressaltar que os movimentos sociais no Brasil são diversos e abrangem diferentes causas, como

a luta pela terra, por direitos trabalhistas, por igualdade de gênero e racial, entre outras. Ao longo da história, esses movimentos desempenharam um papel fundamental na conquista de direitos e na construção de uma sociedade mais justa e democrática. Já nas décadas de 1960 e 1970, durante a ditadura civil militar, observa-se o crescimento de lutas como do Movimento dos Sem Terra, do Movimento Estudantil, do Movimento Feminista, dentre outros grupos, que lutaram bravamente contra o regime autoritário, contra a tortura e a censura, e a favor das Diretas Já, por exemplos (Medeiros, 2015).

Diante do exposto, os movimentos sociais desempenham um papel crucial na luta por direitos e por mudanças sociais. Através da articulação, da participação cidadã e da ação conjunta, eles podem influenciar o debate público, defender seus interesses e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. A globalização social, que valoriza a pessoa humana e o meio ambiente, é o horizonte que guia a ação dos movimentos sociais na busca por um futuro melhor para todos.

3. Preservação dos acervos dos movimentos sociais

A memória social tem um papel crucial na formação da identidade, tanto individual quanto coletiva. Ela cria conexões e vínculos espontâneos entre os indivíduos, possibilitando que se reconheçam como parte de um grupo, seja na busca por direitos ou em lutas sociais. Sendo fundamental para a transmissão de saberes e valores de uma geração para outra, assegurando a preservação e continuidade da cultura de um grupo. Por meio dela, os indivíduos podem se conectar com o passado, fortalecendo seu senso de pertencimento e identidade.

Se a memória é essencial para a construção da identidade, o esquecimento surge como sua contraparte. A identidade emerge da memória, sendo um reflexo da construção coletiva ou pessoal que se dá ao longo do tempo. A continuidade e a coerência dessa construção dependem diretamente da memória, ou seja, da preservação desta.

A memória é formada por elementos como os acontecimentos vividos de forma pessoal, assim como os momentos compartilhados por um grupo ou comunidade à qual o indivíduo se vincula. Sendo que ela possui três elementos essenciais:

[...] unidade física – sentimento de ter fronteiras físicas ou fronteiras de pertencimento ao grupo (coletivo); continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; e sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados. (Pollak, 1992, p. 204).

A partir da relação desses três elementos (sentimento de pertencimento ao grupo, continuidade no tempo e sentimento de coerência) a memória e a identidade podem se tornar valores em disputa durante conflitos sociais e intergrupais. Como um objeto social, a memória, seja consciente ou registrada em algum suporte, desempenha um papel importante na construção e reconstrução do passado, trazendo à tona lembranças esquecidas e ajudando na formação do que pertence a um grupo.

Assim, o fenômeno social da memória está intimamente ligado à forma como o passado é acionado pelo presente. Ou seja, olhar para o passado é sempre motivado por algo que surge no presente, o que implica que o entendimento do passado é, na verdade, moldado pelas perspectivas e necessidades do presente.

Como um meio de preservação dessa memória, destaca-se a importância da guarda e conservação dos acervos dos movimentos sociais. Os arquivos são lugares de memória¹ na medida em que acomodam um acervo documental, cujo teor registra um substrato de conteúdo que significa preservar a memória a respeito de determinado momento histórico. São espaços materiais que possuem um significado especial para um determinado grupo ou comunidade. Eles representam locais onde a memória se consolida e se refugia, preservando a história e a identidade de um povo.

Para que um local seja considerado um lugar de memória é fundamental que ele possua a intencionalidade de uma comunidade, ou seja, a "vontade de memória" de um grupo que deseja depositar sua história e suas experiências naquele local. Essa intencionalidade pode se manifestar de diversas formas, como através da construção de monumentos, da criação de museus, da preservação de espaços e da guarda de documentos, por exemplo.

¹ O conceito de "lugares de memória" foi proposto pelo historiador francês Pierre Nora, na obra *Les Lieux de Mémoire*, publicada entre 1984 e 1992.

Os lugares de memória, como espaços carregados de significado e história, podem se transformar em cenários de movimentos sociais. Eles se tornam palcos onde a memória de eventos passados se entrelaça com as lutas e reivindicações do presente. Nesse sentido, o historiador Andreas Huyssen (2014) destaca a relação intrínseca entre movimentos sociais e memória, ressaltando como os movimentos sociais frequentemente se apropriam de lugares de memória para dar visibilidade às suas causas e para construir narrativas que legitimem suas demandas.

[...] eu diria que os estudos contemporâneos da memória deveriam ligar-se de maneira mais robusta aos direitos humanos e à justiça, tanto em termos discursivos quanto práticos, para impedir que a memória, sobretudo a memória traumática, se torne um exercício vazio, que se alimente de si mesmo, de forma parasitária e estreita (HUYSEN, 2014, p. 196).

Para além disso, o arquivo pode ser visto como uma herança info-cultural. De acordo com Delmas (2010), os arquivos servem para provar, lembrar, compreender e identificar. “Provar seus direitos é uma utilidade jurídica e judiciária. Lembrar-se é uma utilidade de gestão. Compreender é uma utilidade científica de conhecimento. Identificar-se pela transmissão da memória é uma utilidade social” (DELMAS, 2010, p. 21).

4. O Centro de Conservação da Memória e o acervo do DCE UFJF

O Centro de Conservação da Memória da Universidade Federal de Juiz de Fora (CECOM) foi criado pela resolução nº 12/2014, com a natureza de órgão suplementar da UFJF e está associado a Pró-reitora de Cultura. Desde 2016, o CECOM, está sediado no antigo prédio do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFJF. Este setor possui a guarda do acervo do DCE, por isso, ocupar esse espaço é reforça uma memória viva de luta, resistência, festas e conquistas de muitos direitos.

Uma das ações do CECOM está voltada para a preservação e divulgação da memória movimento estudantil, assim foi criado como parte do setor o Centro de Estudos e Memória do Movimento Estudantil (CEMOVE), ressaltando este compromisso e provendo atividades para tal, como a realização de exposição

virtual², visitas guiadas, pesquisas, eventos culturais e acadêmicos, dentre outras atividades.

O acervo do DCE, foi doado em 2011, ao Laboratório de Patrimônios Culturais (LAPA) da UFJF, por meio do projeto “50 anos do Diretório Central dos Estudantes da UFJF: Organização do acervo histórico documental”, ligado a Pró-reitoria de Extensão, que foi coordenado pelos professores Dr. Marcos Olender e Dra. Gislene Edwiges Lacerda. Antes da construção desse projeto, Gislene Lacerda utilizou os documentos do DCE para desenvolver sua pesquisa de dissertação de mestrado “As esquerdas entre os estudantes: memórias dos militantes estudantis juizforano durante a transição democrática brasileira (1974-1984)”, quando observou as más condições do arquivo e teve a ideia do projeto citado acima, uma vez que, como participante do movimento estudantil e historiadora, sabia da importância de preservar este acervo.

Em 2012, o projeto foi ampliado e o acervo do DCE passou a integrar o projeto “História da UFJF”, cujo objetivo era preservar a memória institucional da Universidade Federal de Juiz de Fora, através da preservação de acervos e da produção de documentos a partir da realização de entrevistas com atores que fizeram/fazem parte desta história (ex-alunos, ex-professores, ex-funcionários e membros da comunidade ao redor do campus), utilizando a Metodologia de História Oral.

O acervo do DCE é composto por diversos documentos em suporte de papel (cartas, ofícios, fotografias, periódicos, cartazes, panfletos e entre outros). A partir desses é possível analisar a trajetória de luta dos estudantes em Juiz de Fora e em âmbito nacional também; a relação com outros órgãos, como sindicatos, Prefeitura Municipal, Secretaria de Cultura, outras entidades estudantis, a reitoria...). Sempre buscando os direitos da população em geral, não apenas dos estudantes.

Figura 1 – Manifestação estudantil no Calçadão da rua Halfeld – 1987

² Ver “Estudantes de Juiz de Fora em ação: a década de 1980 em movimento” em <https://www.youtube.com/watch?v=6mzLAvPhVZk&t=29s>



Fonte: Acervo do DCE - CECOM

Além disso, é possível observar a articulação do DCE no setor cultural. A sua antiga sede (atual CECOM), foi espaço de muitos shows, exposições, aulas, calouradas... As pessoas se recordam de frequentar festas nesse espaço. O DCE foi um grande difusor da cultura Punk no município, por exemplo.

Figura 2 – Cartaz “Inauguração DCE” – 1985



Fonte: Acervo do DCE – CECOM

5. Cartilha Preservação e Identificação de Acervos de Movimentos Sociais

A ideia da cartilha surgiu após a realização do minicurso “Movimentos sociais: preservação, memória e resistência” realizado na XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Neste foi tratada a temática da importância da preservação da memória e da história dos movimentos sociais, como forma de identificação do grupo, fortalecimento da luta e conhecimento da história. Com intuito da informação ser ainda mais difundida e alcançar os atores membros de diversos grupos de movimentos sociais surgiu a ideia da produção de uma cartilha informativa. Inicialmente a cartilha está em formato de e-book, disponível para download gratuito no site do CECOM. Mas tem-se o objetivo de produzir edições impressas para distribuir ao público-alvo, acompanhado de uma reunião para disseminação de informações e respostas de possíveis perguntas.

A partir disso, uma funcionária do CECOM junto com dois bolsistas e uma estagiária do setor, alunos do curso de História e do curso de Artes Visuais, se organizaram para escreverem e editarem o material. O resultado foi gratificante. Uma cartilha informativa com linguagem simples e bem ilustrativa.

Figura 2 – Capa da Cartilha de Preservação e Identificação de Acervos de Movimentos Sociais



Fonte: <https://www2.ufjf.br/cecom/publicacoes/>

Este projeto tem como objetivo conscientizar, estruturar e sugerir métodos básicos e eficazes de arquivamento, preservação, catalogação e higienização de coleções de arquivos de movimentos sociais. Trata-se de uma série de ações que podem ser tomadas por qualquer integrante do movimento social e que irão colaborar muito para a preservação e conservação de memórias, além de fomentar pequenos acervos que poderão ser usados como fonte de pesquisas. Para isso, conhecer bem o material que trabalharão, maneiras simples de catalogação além de formas de acondicionamento de seus acervos é de fundamental importância, na medida em que são essas ações simples que viabilizam o acesso a narrativas e histórias relevantes da constituição política da nossa cidade, estado e nosso país.

6. Alguns exemplos de arquivos com acervos de movimentos sociais

6.1 - Centro de Documentação e Memória da UNESP

O Centro de Documentação e Memória da UNESP – CEDEM é uma coordenadoria da Universidade Estadual Paulista, voltada para os estudos de história, memória e documentação, criada pela Resolução Unesp-96 de

10/09/2003, nos termos dos artigos do Estatuto da UNESP. Alguns acervos custodiados no setor: Projeto Memória da Universidade, Archivo Storico del Movimento Operário Brasileiro, Centro de Documentação e Estudos da Cidade de São Paulo, Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa, Partido Comunista do Brasil. Instituto Cultural Roberto Morena, e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

6.1.1- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST

O Acervo do MST no CEDEM revela parte da história de criação e desenvolvimento deste movimento. Foi organizado a partir dos trabalhos de campo do geógrafo Bernardo Mançano Fernandes. A Direção Nacional do MST autorizou Fernandes reunir os documentos com a intenção de criar um Centro de Memória do MST.

Em 24 de agosto de 1999, um convênio foi firmado entre UNESP e o MST para guardar no CEDEM, em situação de custódia, os documentos colhidos por Fernandes. O convênio foi renovado em novembro de 2007. O projeto foi finalizado em julho de 2009 com a organização de quase 3.000 documentos, publicações, cartazes, teses e vídeos. Um catálogo eletrônico foi elaborado e disponibilizado na Internet, facilitando pesquisa no acervo.

6.2 - Arquivo Edgard Leuenroth - Centro de Pesquisa e Documentação Social

O AEL foi fundado em 1974 a partir da aquisição do acervo documental de Edgard Leuenroth, militante anarquista do início do século XX. Inicialmente, propunha-se a preservar e divulgar a memória operária do Brasil republicano. Hoje, possui extensa documentação que abrange diversos assuntos, tais como: Mundo do Trabalho e História da Industrialização, Movimentos Sociais, Justiça e Direitos Humanos; História da Antropologia; História da Cultura.

6.2.1 - Geledés Instituto da Mulher Negra

Este acervo foi doado em 2022 para o AEL, o acervo Geledés Instituto da Mulher Negra, fundado em São Paulo em 1988 por um grupo de 10 mulheres. São elas: Sueli Carneiro, Solimar Carneiro, Sônia do Nascimento, Edna Roland, Maria Lúcia da Silva, Ana Maria da Silva, Deise Benedito, Elza Maria da Silva, Eufrosina de Oliveira e Lúcia Bernardes de Souza.

O conjunto é composto por documentos acumulados durante 33 anos de existência da organização. Os documentos estão relacionados a aspectos de lutas de mulheres negras, com destaque para os temas saúde da mulher negra e direitos reprodutivos; machismo e violência doméstica; direitos humanos; educação; as articulações com outros movimentos de mulheres no Brasil e na diáspora... Composto por produções textuais, boletins, correspondência, materiais de eventos, faixas, banners e centenas de cartazes.

6.3 - Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos Trabalhadores (CEDOC CUT)

O Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos Trabalhadores (CEDOC CUT) iniciou suas atividades no dia 04 de janeiro de 1999 visando à recuperação, organização e preservação da documentação produzida, recebida e guardada pela CUT e suas entidades ao longo de sua história.

6.3.1 - Comissão Pró-CUT do Estado de São Paulo

A Comissão Pró-CUT do Estado de São Paulo foi constituída no 2º Encontro Estadual da Classe Trabalhadora (ENCLAT), realizado nos dias 30 e 31 de julho e 01 de agosto de 1982. Com a cisão do movimento sindical e a fundação da Central Única dos Trabalhadores os membros da Pró-CUT São Paulo que apoiavam a criação da Central organizaram um congresso estadual nos dias 27, 28 e 29 de abril de 1984 e fundaram a Central Única dos Trabalhadores Estadual São Paulo (CUT Estadual SP).

O arquivo é constituído por documentos que permitem conhecer a movimentação sindical em São Paulo e os atores que estavam envolvidos.

6.4 - Arquivo Central da UFJF

O Arquivo Histórico da UFJF iniciou suas atividades em 25 de março de 1985. Foi instituído como Órgão Suplementar da Universidade em 24 de julho de 1993, vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Em 2011 foi aprovada a criação do Sistema de Arquivos da UFJF (SIARQ-UFJF) e do Arquivo Central da UFJF.

O Arquivo Central define a política de gestão documental, guarda e organiza os documentos oriundos da UFJF e administra o acesso ao Sistema Eletrônico de Informação (SEI). O arquivo possui em três grandes eixos: Documentos permanentes da sociedade, Biblioteca e Acervo documental da UFJF; o Arquivo Central da UFJF possui a guarda de diversos documentos importantes para a história de Juiz de Fora, região e nacional.

6.4.1- Acervo documental do Fórum 8 M

Em março de 2022, o Arquivo Central da UFJF recebeu a doação do acervo documental do Fórum 8M e de outros coletivos e organizações de mulheres da cidade de Juiz de Fora. Entre os documentos doados estão panfletos, fotos, adesivos, cartazes... O acervo está em processo de organização, portanto ainda não está disponível para pesquisa.

7. Considerações finais

Os arquivos desempenham um papel fundamental na preservação da história e memória dos movimentos sociais, pois documentam eventos, ações e narrativas que, de outra forma, poderiam ser esquecidas ou distorcidas. Eles oferecem uma base para a compreensão do passado, possibilitando que gerações futuras tenham acesso a informações autênticas e detalhadas sobre lutas, conquistas e desafios enfrentados por diferentes grupos sociais.

Além disso, os arquivos ajudam a legitimar as experiências e as vozes de movimentos que muitas vezes foram marginalizados pela história oficial, garantindo que suas histórias sejam reconhecidas e valorizadas. Eles também

forneem recursos para pesquisas acadêmicas e para a educação, promovendo a reflexão sobre direitos humanos, justiça social e outras questões pertinentes. Em suma, a preservação de arquivos é essencial para manter viva a memória de movimentos sociais e para sustentar o debate e a conscientização sobre os avanços e as falhas das sociedades ao longo do tempo.

8. Referências Bibliográficas

CHARTIER, Roger. À Beira da Falésia. A História entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002b.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?:** textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

GINZBURG, Carlo. A micro-história e outros ensaios. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GOHN, Maria. G. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

HUYSSSEN, Andrea. **Culturas do passado-presente:** modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

MEDEIROS, Roberta Pinto. **Fotojornalismo e memória no Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo (1984-1990)** – Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH). 2015. 124 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Proj. História, v. 10, n.2, p. 07-28, 1993.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e sofrimento.** Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 1989. v.2, n.3, p. 03-15.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social.** Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 1992. v.5, n.10, p. 200-212.

SEVERO, Ana Carolina de Souza; NETTO, Bernardo Venâncio & SAPORETTI, Carolina Martins. **Cartilha para preservação e identificação de acervos de movimentos sociais.** Juiz de Fora, 2024, p.40. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/cecom/publicacoes/>. Acesso em: 8 de janeiro de 2025 às 20 horas.

Sites:

Centro de Documentação e Memória da UNESP <<https://www.cedem.unesp.br/>>

Arquivo Edgard Leuenroth - Centro de Pesquisa e Documentação Social
<<https://ael.ifch.unicamp.br/>>

Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos
Trabalhadores (CEDOC CUT) <<https://cedoc.cut.org.br/>>

Arquivo Central da UFJF < <https://www2.ufjf.br/arquivocentral/>>

Centro de Conservação da Memória da UFJF <https://www2.ufjf.br/cecom/>

“Estudantes de Juiz de Fora em ação: a década de 1980 em movimento” em
<https://www.youtube.com/watch?v=6mzLAvPhVZk&t=29s>

Arquivos:

Acervo do DCE

Carolina Martins Saporetti

Doutora em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) (2024). Mestra em História pela UFJF (2017). Graduada em Licenciatura e Bacharelado em História com ênfase em patrimônio histórico pela mesma instituição. Membro do LAPA (Laboratório de Patrimônios Culturais) da Universidade Federal de Juiz de Fora e integrante do grupo de pesquisa Cnpq - Patrimônio e Relações Internacionais. Atualmente é funcionária do Centro de Conservação da Memória da Universidade Federal de Juiz de Fora (CECOM-UFJF) e suplente da cadeira de Patrimônio e Memória no Conselho Municipal de Cultura de Juiz de Fora. Idealizadora do Mapa Juiz de Fora Memórias Negras. Contemplada com o 19 Prêmio Amigo do Patrimônio (2024). Áreas de interesse: patrimônio, memória, IPHAN, políticas de preservação do patrimônio, relações internacionais.

Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/6709997047477789>